

Reflexões acerca da lógica subjacente à opção pelo designado “Superior Interesse”

José Poças (Médico e Escritor)

“A desgraça de uma nação pobre é que, em vez de produzir riqueza, produz ricos”, (Mia Couto, escritor moçambicano, 1955-)

“Quanto maior o poder, mais perigoso é o abuso” (Edmund Burke, filósofo e político britânico, 1729-1797)

“O dinheiro que temos é o instrumento da liberdade, aquele de que andamos atrás é o da servidão” (Jean Jacques Rousseau, filósofo francófono, 1712-1778)

I)- Introdução

“Só se pode corrigir os homens fazendo-os ver tal como são” (Pierre de Beaumarchais, dramaturgo francês, 1732-1799)

“As mais belas qualidades tornam-se inúteis quando a força do caráter não as sustenta” (Theophile Gautier, escritor e jornalista francês, 1811-1872)

“Aquele a quem convém mais do que é lícito sempre quer mais do que convém” (Padre António Vieira, frade jesuíta, filósofo e escritor português, 1608-1697)

Vivemos tempos que nem sequer imaginávamos serem possíveis de existir até há pouco. Assistimos diariamente ao desenrolar em catadupa de um rol infindo de notícias em tempo real que nos parecem inverosímeis à luz do que dávamos como certo com base no que acreditávamos serem os supremos valores que deveriam servir sempre de firme suporte às regras básicas de sã convivência de cidadãos e de países entre si nesta nossa aldeia global que habitamos e com os quais fazíamos questão de dizer, com natural orgulho, que educamos as novas gerações, qual precioso e intemporal talismã que assim era suposto continuar a ser transmitido por todos com redobrado carinho e convicção.

Muito do que se invoca presentemente para justificar o enviesamento dito “pontual” daquele suposto saudável percurso coletivo, dizem-nos ter a ver com o que os apelidados “donos do mundo” denominam de “superior interesse”. De quem, deve perguntar-se? Quais os critérios que o definem, importaria saber!

No domínio da política nacional, diz-se ser a “estabilidade” governativa. No contexto internacional, assume-se ser a “paz”. No âmbito da problemática de saúde, é a preservação da “vida”. Dito assim apenas, quem se atreverá a discordar? Mas será mesmo que esses ditos “senhores”, ao invocarem a priorização destes objetivos, estarão a ser genuínos e consequentes com o que deve ser mesmo feito para a sua efetiva concretização, ou ao invés, que simplesmente se limitam a acená-los demagógicamente como mero *slogan* propagandístico fraudulento, no intuito de ganharem tempo para nos virem a confrontar depois com factos consumados que deem afinal corpo aos inconfessados propósitos de defesa do seu vil e obscuro interesse pessoal e o dos seus fiéis apaniguados, deve perguntar-se!

Passemos então a analisar o que se passa, segundo a minha perspetiva pessoal, nos três domínios antes referidos, tendo como pano de fundo o que foi dito pelo grande Rudolf Virchow de forma lapidar: “A medicina é uma ciência social e a política não é, senão, medicina em larga escala”.

II)- A Política Nacional

“Há tudo a rezear do tempo e dos homens”, (Luc de Chapiers, pensador francês, 1715-1747)

“A luta do Homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento” (Milan Kundera, escritor checo, 1929-2023)

“Se não podes ser o que és, sê com sinceridade o que podes” (Henrik Ibsen, dramaturgo norueguês, 1828-1906)

Portugal tem algumas características que decorrem da sua História e que conseqüentemente o diferencia dos restantes países, o que explica a situação de profunda crise a que chegámos e da qual é difícil antever uma saída satisfatória a curto prazo. Passando a abordar a temática de forma necessariamente resumida, não deixo de considerar oportuno começar por frisar o que se pode depreender do que se atribui ter sido dito pelo Imperador Romano Júlio César acerca do nosso país, segundo o qual “nos confins da Península Ibérica existe um povo que não se governa nem se deixa governar”. Bem como, daquele dito jocoso de autoria ao que saiba desconhecida, que alegadamente conclui “como é que uma nação que começa com o filho a garrear com a sua própria mãe poderia dar certo”.

Na verdade, passámos quase sempre o tempo todo da nossa vetusta existência coletiva como nação de crise em crise, frequentemente endividados, como se pode constatar, por exemplo, visitando o Museu do Tesouro Real no Palácio da Ajuda recentemente inaugurado, onde existem várias peças valiosas de joelheria do tempo da monarquia dadas a certa altura como penhor dos empréstimos recebidos de várias entidades externas, bem como a necessitar de sermos defendidos pelo exército da nossa potência aliada mais antiga, a Grã-Bretanha, nação “amiga” que não exitou em apresentar-mos um ultimato em 1890 aquando do conflito diplomático desencadeado pelo denominado “Mapa Cor de Rosa”, que conduziu à assinatura de um tratado no ano seguinte que representou, na crua realidade, a capitulação do então governo luso perante o dos nossos supostos eternos “amigos” e “protetores” britânicos e ajudou a precipitar a queda da monarquia.

Tendo sido dos primeiros a abolir a pena de morte, fomos, contudo, dos últimos a fazer o mesmo com a escravatura e a descolonizar, em franco contraste com as restantes potências coloniais europeias que o fizeram muito antes de nós, o que nos fez perder prestígio internacional e enormes recursos humanos e financeiros em conflitos que se prolongaram sem qualquer sentido ou vantagem, no que concerne ao segundo daqueles referidos aspetos, apenas pela cega obediência ao atávico e mesquinho sentimento “patrioteiro” do ditador-mor, António Salazar, que liderava o nosso governo de então.

Tirando a gloriosa época dos Descobrimentos, em que dominámos os mares durante o sec. XVI e conseguimos “conquistar” quase “metade” de toda a terra então conhecida, esbanjámos depois as riquezas conseguidas, sobretudo no Brasil, a saldar a correspondente dívida para com os nossos protetores, como ficou subentendido no Tratado de Methuen, bem como a investir a outra parte maioritariamente em faustosos projetos, na verdade, muitos deles improdutos, que apenas trouxeram proveito a uma restrita elite governativa medíocre e balofa, que gravitava em volta da realeza e vivia mais da aparência de uma grandeza de fachada, do que com real sólido substrato.

Como consequência, tivemos quase sempre umas forças armadas muito mal equipadas, como se verificou na I Guerra Mundial, o que está bem patente no Museu Nacional do Exército, tal como ficou ainda exemplarmente demonstrado depois, quer aquando da invasão de Timor pelas tropas japonesas durante a II Guerra Mundial, quer aquando da anexação do Estado Português da Índia pelas tropas desse país a mando de Nehru, em seguida.

A pequenez de espírito daquele que foi o Ditador que mais tempo esteve no poder desde sempre, já anteriormente referido, fez com que, por exemplo, as únicas saídas que fez ao estrangeiro, foi para ir encontrar-se com outro ditador, Francisco Franco, em cidades da Extremadura ou da Andaluzia logo do outro lado da fronteira terrestre comum, quer a seguir ao término da Guerra Civil Espanhola, quer aquando do deflagrar da II Guerra Mundial, a pretexto de, tendo sido um fiel devoto das políticas do caudilho que venceu o primeiro daqueles dois conflitos bélicos, discutirem a posição de ambos os países ibéricos perante o novo conflito mundial que se iniciara. Decidiram ficar “neutros”, só por vergonha de declararem que o seu pensamento e a sua vontade interior não manifesta estavam com Hitler e Mussolini. Mas, lá bem no fundo, sobretudo para tentar evitar aquilo que esteve iminente, ou seja, a invasão e nova anexação de Portugal por Espanha pela força das armas, algo a que não conseguiríamos ter resistido por muito tempo, acaso se tivesse mesmo desencadeado.

“Estadista” que, em contraste, nunca foi ao Portugal Insular, ou sequer a alguma das suas “amadas” colónias, não hesitando em realizar durante a sua vigência vários plebiscitos eleitorais fraudulentos, bem como de ter edificado um apertado sistema de segurança interna onde muitos perseguidos políticos foram injusta e ilegalmente privados de liberdade e martirizados em masmorras sem as mínimas condições de dignidade, só porque tinham ideias políticas diferentes e eram acusados de serem agentes subversivos perigosos para a segurança do Estado, no soez intuito de se manter eternamente no poder. Tudo num clima de aparente e duradoura estabilidade governativa, o que não obviou a que tivesse legado um país com dos mais elevados níveis de pobreza e de analfabetismo no contexto europeu, tal como desprovido de uma assistência social e de cuidados de saúde com a mínima qualidade ou nível de abrangência populacional adequados. Mesmo o facto de ter deixado os cofres cheios de ouro, a sua origem ainda hoje se admite ter tido maioritariamente origem criminosa, havendo muita investigação já publicada acerca do tema.

A democracia acabou por ser instaurada há cerca de meio século devido ao facto de as forças armadas se terem cansado com a falta de solução para o problema da Guerra Colonial em África, facto que permitiu a instauração de um regime político sumariamente caracterizado pela garantia das liberdades cívicas básicas e pela aposta numa progressiva integração no espaço económico e político da Comunidade Europeia, que se viria a concretizar alguns anos depois do derrube do regime político ditatorial. Não sem que, compreensivelmente, tenhamos que ter enfrentado durante alguns anos graves problemas, tais como os que decorreram do processo de descolonização e os que se relacionaram com a estabilização do próprio regime político instaurado, mediante um complicado progressivo afastamento dos militares dos órgãos de

poder e a posterior realização de eleições livres sem as falcatruas de outrora. No entanto, como já referido anteriormente, isso não obstou ao facto de termo-nos já deparado com três graves crises económico-financeiras que nos obrigaram a recorrer a outros tantos programas de assistência financeira externa, o último dos quais na passada década, embora, ao contrário dos anteriores, este tenha tido abrangência internacional.

O nosso sistema partidário é *sui generis* no contexto mundial. Os dois maiores partidos políticos, são o socialista (PS) e o social-democrata (PSD), facto que não encontra paralelo em mais nenhum outro país, embora tenha reconhecidas raízes históricas. O facto é que o primeiro deles foi fundado por oposicionistas não comunistas do anterior regime que se encontravam exilados, maioritariamente em países europeus, ao passo que o segundo, foi-o por sobretudo por oposicionistas internos que se desiludiram com a prometida abertura que o governo presidido por Marcelo Caetano, o delfim de Salazar que lhe sucedeu, que parecia ter inicialmente vontade em implementar progressivamente algumas alterações no regime político então vigente, mas que lhes defraudou por completo as suas ansiadas expectativas, ao ver que o mesmo não tinha afinal qualquer vontade genuína de o fazer evoluir a partir de dentro, como afinal acabou por vir depois a acontecer em Espanha.

Nos restantes países europeus, ou existe um partido socialista, ou um social-democrata, ou um trabalhista, que se associam no mesmo grupo parlamentar no hemiciclo de Bruxelas, auto intitulado-se da denominada “esquerda democrática moderada”. Jamais um partido social-democrata, a não ser em Portugal, se denomina abertamente de direita ou está situado no referido hemiciclo na bancada dos conservadores. Outra originalidade é a quase inexistência de um forte partido democrata-cristão, centrista ou conservador, dado o quase desaparecimento do CDS, tal como a relativa maior representatividade do partido comunista em relação a outros países da Europa ocidental, o que também radica em motivos historicamente relevantes que são muito próprios da nossa realidade sociológica, mas que seria despropositado estar aqui a escarpelizar.

A emergência de partidos sem aparente corrente ideológica subjacente definida, ou sequer identificável pelo seu nome, é uma realidade recente entre nós, mas que assumiu um peso parlamentar considerável através do Chega, ao ponto de ter alterado substancialmente a possibilidade de poder haver uma espectável maioria parlamentar que suporte um governo com a necessária estabilidade sem o seu apoio ou abstenção, tendo em consideração a metodologia de distribuição dos deputados pelas respetivas bancadas decorrente da nossa legislação, tanto mais que alguns outros “pequenos” partidos têm também conseguido eleger deputados, o que provoca uma dispersão que contribui ainda mais para a mesma alegada nefasta realidade. Os partidos Liberal e Ecologista surgiram recentemente e nunca participaram em nenhuma das coligações que têm governado o País, tendo tido direito a elegerem alguns deputados, com maior representatividade do primeiro.

Este nefasto fenómeno de uma progressiva desideologização do espectro político é, porém, de âmbito internacional. Radicando na dificuldade de adaptação às novas realidades sociológicas não previamente previstas nos antigos manuais de filosofia política, comporta, no entanto, inegáveis riscos para o futuro das sociedades democráticas, como presentemente está bem evidenciável na maioria dos países europeus, explicando em parte a emergência de movimentos nacionalistas de cariz populista e extremista, ou mesmo de índole neofascista que, brandindo com muitos decibéis serem contra a corrupção, são antes um imenso manancial de incoerência ideológica e de valores, por vezes mesmo com perigosas alegadas ligações ao submundo da criminalidade mais ou menos mal disfarçada. Estes últimos são compostos

essencialmente por nostálgicos não confessos dos regimes políticos que estiveram na origem das duas anteriores Guerras Mundiais e autores dos maiores atropelos civilizacionais de que há memória na Humanidade. Regimes que, enquanto duraram, tiveram uma indiscutível “estabilidade” governativa, deve enfatizar-se.

Não pretendendo diabolizar aquela condição, dado que até tenho consciência de ser importante no atual contexto político nacional e internacional, considero que a crise que se vive radica sobretudo na falta de dimensão ética e de verdadeiro sentido de estado de vários dos atuais protagonistas, como se pode constatar cada vez mais por esse mundo fora. A verdade que os mesmos têm quase “vergonha” de publicamente reconhecer, é que temos políticos a mais, mas mal pagos para as exigências e responsabilidades das funções em que estão investidos, facto que serve de expediente para terem um “bom” motivo para, ao mesmo tempo que se dedicam à causa pública, possa ainda gastar algum do seu tempo, energia e imaginação para, em simultâneo, tratarem dos seus interesses privados, não raramente conflituantes com as decisões que têm diariamente que tomar.

O “amiguismo” partidário, clubístico, religioso ou de outra qualquer índole menos óbvia, serve para prometer a distribuição de empregos em cargos oficiais à sua clientela. A lista de contactos que pacientemente vão coletando, é meio privilegiado para obter os mais diversos dividendos e exercer um vasto magistério de influências implícitas que os mesmos jamais podem assumir com frontalidade, sem correrem o risco de cair no descrédito perante a sociedade e hipotecar a sua investidura ou convite para virem a ocupar futuramente cargos oficiais. Para acalmar as consciências dos próprios e tentar ofuscar a opinião pública, nomeiam organismos e comissões que era suposto servirem de garantia à idoneidade de quem o decidiu fazer, mas que são, como se vai constatando, desprovidas dos instrumentos imprescindíveis para levarem a cabo a sua missão, com a necessária celeridade, eficácia e isenção.

O descrédito da classe política é, pois, logicamente crescente ao olhos do cidadão comum, levando a que os níveis de abstenção nos atos eleitorais sejam cada vez maiores e que não se consigam formar maiorias parlamentares que corporizem, no bom sentido, a idolatrada “estabilidade governativa” que todos clamam, mas que pouco se importam de ser capazes de a concretizar mediante compromissos sérios e transparentes que ponham o verdadeiro interesse nacional acima dos conjunturais interesses partidários.

III)- A Política Internacional

“Quem não pode atacar o argumento, ataca o argumentador” (Paul Valery, filósofo e escritor francês, 1871-1945)

“Aquele que não prevê as coisas longínquas expõe-se a desgraças próximas” (Confúcio, filósofo chinês, 551 aC – 470 aC)

“Quanto mais fugimos do passado, mais nos deparamos com ele” (Paul Murray, escritor irlandês, 1975-)

Se, no domínio da política nacional vamos mal, na do contexto internacional as coisas não estão de todo melhores. Antes pelo contrário. Parte do já disse antes aplica-se também a este âmbito mais alargado, pelo que é por demais evidente que a crise de valores que preside atualmente à tomada de decisão em vários palcos por esse mundo fora, atingiu dimensões verdadeiramente monstruosas.

Se antes vivíamos num previsível mundo dual repartido pela influência dos EUA e da União Soviética, dividido pela denominada “cortina de ferro”, em que a paz era garantida pelo temor da ameaça permanente de um deles (ou de ambos), poderem vir a desencadear a utilização da considerada mais eficaz forma de dissuasão, a bomba atômica, hoje, caminhamos para um mundo pelo menos tripartido, em que a nova potência emergente, a China, foi ganhando sorrateiramente uma influência cada vez mais alargada, ameaçando seriamente a hegemonia dos dois anteriores competidores. A nível económico, em relação aos EUA, dado até já ser possuidora de uma parte significativa da sua volumosíssima dívida externa, e, a nível militar, relativamente à Rússia. Mais. Aquela referida arma dissuasora disseminou-se por diversos países em quase todos os continentes, estando assim o controle da sua necessária (não) utilização hoje muito mais difícil de garantir, dado não estar de todo excluída a hipótese da poder existir um qualquer ato irracional suicida proveniente por alguém enlouquecido ou completamente desesperado, ou, mesmo, a sua manipulação abusiva por algum algoritmo da IA, eventualmente a mando de um qualquer *hacker* sem rosto.

A Europa, origem das potências colonizadoras que ditaram a política do mundo até à primeira metade do sec. XX, incluindo a divisão a régua e esquadro das fronteiras de muitos dos países de África magrebina e subsaariana, do Médio Oriente e até de partes da própria Ásia, foi o palco principal dos dois referidos conflitos bélicos mundiais, assistindo hoje, amedrontada, ao que se passa na Ucrânia, logicamente receosa que o mesmo se possa vir a disseminar por países hoje integrados no chamado hemisfério político ocidental, mas antes, parte integrante do império soviético, cujo “berço histórico” foi precisamente o país que a Rússia decidiu invadir há cerca de três anos, facto que, contudo, não lhe devia ter dado qualquer direito a concretizar tal ignóbil intento, mesmo invocando a necessidade imperiosa de alegadamente ter de defender da minoria russófona no leste do território do país que tenta ocupar militarmente.

A potência europeia economicamente hegemónica e que se encontra atualmente em crise, a Alemanha, foi precisamente a principal causadora das duas guerras mundiais referidas, nação que teve origem no reino da Prússia, cuja parte oriental se encontra hoje essencialmente dispersa pela Polónia, pela Lituânia e pela própria Rússia, onde ficaram algumas minorias germânicas. Esta nostalgia da Grande Prússia do venerado chanceler Bismark do século XIX, é hoje o principal alfofre dos partidários do derrotado regime nazi, contaminados pelos residentes na antiga Alemanha Oriental, que até ao derrube do muro de Berlim, estava integrada na esfera de influência da União Soviética. Não propriamente a Ucrânia, como errada e maldosamente a Rússia alega a cada passo, embora aí, tal como em todos os restantes países do mundo, estas violentas minorias também existam e estejam infelizmente em crescimento.

A Europa, grande amálgama de nações e de povos com diversa origem étnica, tal como de diferentes línguas, de credos religiosos e de tradições, que frequentemente se digladiaram entre si ao longo de séculos, sempre tentou espalhar por todo o Mundo, quer o cristianismo, quer o seu modo de ver a organização social e política, tendo ganho finalmente consciência no último quartel do século XX que a sua própria sobrevivência estava em causa no contexto internacional, entalada que está entre as duas grandes potências militares, EUA e Rússia, com o imenso oceano Atlântico de permeio no que concerne aos seus aliados norte-americanos (EUA e Canadá), mas sem essa proteção natural dissuasora relativamente aos inimigos do leste, mais concretamente, sobretudo da Rússia, pelo que teria que se tentar unir de alguma maneira, numa derradeira tentativa de não sucumbir ingloriamente.

Subjacente a esta decisão, estou certo que presidiu subconscientemente a vontade de amarrar a Alemanha a compromissos diplomáticos que a impedissem de voltar a tentar cometer os mesmos erros

do passado, tal como esta última, ao ter negociado a sua (e nossa) dependência energética da Rússia, tentou fazer o mesmo, no sentido de evitar que os seus atuais líderes tentassem reconstruir o império dos tempos do Czar e de Estaline. Se é de esperar pragmaticamente que a primeira premissa se cumpra, estamos em condições hoje de suspeitar fortemente que a segunda ainda não se concretizou e que ameace estar sempre numa posição de poder reemergir ciclicamente, o que semeia naturais descrenças e receios por parte dos países limítrofes. Daqui se pode concluir que, se o dito Ocidente foi imprudente ao admitir na sua esfera de influência países que têm fronteira terrestre comum com a Rússia, depois da invasão da Ucrânia, esta pretensão tornou-se lógica, abrangendo inclusive alguns países nórdicos, outrora neutros, que não tiveram dúvidas em clamar a sua adesão, tal como aconteceu recentemente com a Suécia e a Finlândia.

Decorrente da derrota da Alemanha naqueles dois conflitos armados, este país ficou obrigado a ter uma forte limitação no que concerne ao restabelecimento do seu poderio militar, sob o compromisso que a sua garantia de segurança, tal como da própria Europa e do Canadá, passaria então a ser dada pelos EUA, razão pelo que se fundou a NATO. Mais recentemente, os EUA estavam a pensar em fazer o mesmo na região do Pacífico, no intuito de alargar a atual proteção que dão ao Japão, à Coreia do Sul e a Taiwan, também à Austrália e à Nova Zelândia, a que se poderia vir eventualmente a associar depois, também a própria Índia, potência nuclear eterna rival da China. Não fora a invasão de Ucrânia pela Rússia e talvez este seu novo eixo estratégico geopolítico já estivesse operacionalizado, o que representa por si só, uma mudança radical nas prioridades na política internacional da principal potência económica e militar do mundo, que manifestamente evidencia pretender desvalorizar em definitivo o papel da velha Europa, tal como se pode verificar nas conversações sob a égide dos EUA conducentes a uma eventual obtenção de paz entre a Rússia e a Ucrânia, onde a primeira tem feito exigências eivadas de grande desonestidade.

Com as recentes alterações geoestratégicas desencadeadas pela eleição para Presidente dos EUA de Donald Trump, que teve como substrato ideológico o movimento MAGA (*Make America Great Again*), o Partido Republicano, ao qual pertence ficou, porém, quase completamente a ele subjugado. Como consequência, tudo o que se tinha dado como adquirido, passou a ser questionado de uma forma que nos deixa diariamente incrédulos. Segundo este movimento e o seu líder, a carta das Nações Unidas é para passar a ser letra morta, tal como as bases do Direito Internacional. Os mais básicos elementos constitutivos de um verdadeiro Estado de Direito (independência do Poder Judicial relativamente ao Político, separação do Estado e da Igreja e a liberdade de associação e de expressão da imprensa) foram postos em causa e têm estado a ser destruídos paulatinamente. A própria NATO, designadamente a cláusula que determina a obrigatoriedade de se ter de dar ajuda a qualquer um dos seus membros por parte dos restantes, em caso de uma concreta e grave ameaça iminente ou de um ataque efetivo por via militar à sua soberania ou território, foi questionado, não havendo hoje qualquer garantia que esteja de facto ainda válida em qualquer futura eventualidade, como ficou bem patente nas recentes declarações do próprio Trump e do seu desconexo *staff*.

Em termos geopolíticos os EUA pretendem, pois, como que rasgar o tratado fundador da NATO, comportam-se como se estivessem decididos a promover a Rússia à posição de principal aliado geoestratégico e militar, como forma de asfixiar definitivamente a Europa e a poder vir mais facilmente competir com uma temida China em franca ascensão. Contudo, se, acaso, a Europa se viesse a federar do ponto de vista político, a reindustrializar e a tornar autónoma em termos militares e energéticos, poderia vir a ofuscar a influência dos EUA, obstaculizando à sua vontade voraz de dominar tudo e todos, realidade

que os mesmos tentam impedir que se possa concretizar a todo o custo, tal como, de resto, a própria Rússia.

Só assim se compreende que os EUA tivessem anunciado determinadas pretensões territoriais, por exemplo, relativamente à Gronelândia e ao próprio Canadá, numa alegada tentativa de querer controlar mais eficazmente a denominada rota do Ártico, bem como de disseminar o seu modo inédito de ditar as novas leis de funcionamento do mundo global, ao não ter hesitado em fazer um vergonhoso *bullying* perante as câmaras de televisão ao Presidente da nação mártir da Ucrânia, ou a vangloriar-se indecorosamente de ter vontade de transferir todo o povo Palestiniiano da sua terra natural para outro local de um país que venha a dar o seu acordo “voluntário” a essa criminoso ideia, para assim poder aí construir à vontade o maior *resort* turístico jamais erigido algures, a pretexto da permanência aí dos palestinos ser incompatível com a necessidade prioritária de ter que se remover todo o imenso monte de escombros a que Israel indecorosamente reduziu a faixa de Gaza. Devemos recordar que os nazis também invocaram a necessidade de despiolhar os presos internados nos seus campos de concentração com gás, a pretexto de prevenir a disseminação do temível tifo, tentando ocultar que o verdadeiro intuito era a exterminação de um povo, neste caso, o judeu.

É por isso que todo o cidadão que tenha um mínimo de decência, de conhecimento e de memória, só pode ter sentido uma incontida e enorme repulsa ao assistir ao que o Vice-Presidente dos EUA recentemente eleito, JD Vance, disse no primeiro discurso que fez recentemente em território europeu. Quem veio pregar uma ignóbil falsa moral, revela do que foi capaz de ter feito nos bastidores para que Volodymyr Zelensky, depois da enorme humilhação a que foi sujeito e que já aqui referi, viesse muito pouco tempo volvido, a concordar com as propostas americanas e pedir publicamente desculpas a quem o destratou, agradecendo-lhes tão “generosa” oferta. Um dia se saberá, para além do negócio das denominadas terras raras, a chantagem emocional (e, mesmo, de outra natureza, pode especular-se) que lhe terão feito fora dos holofotes da comunicação social livre e idónea que ainda subsiste, de modo a explicar este súbito volte-face. É que é bom recordar, todos nós temos um preço, por mais coerentes que nos intitulemos!!!

Como acreditar no carácter e nos bons intentos por parte de quem instigou a invasão do Capitólio, não foi judicialmente condenado por isso e que depois da sua posse como novo Presidente, de imediato tivesse amnistiado os que a seu mando perpetraram, aos olhos de todo o mundo, o mais ignóbil atentado ao regime democrático desse país, iniciativa que serviu de mote a idêntica atitude que atingiu o Palácio do Planalto em Brasília, da responsabilidade do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que também perdera as eleições, tal como Trump, sendo um eterno admirador do homólogo norte-americano. E, tal como ele, ter-se recusado a reconhecer a vitória eleitoral do adversário, porque os resultados só são válidos, no entender de ambos, se ganharem, por não admitirem, nunca, a hipótese de as poderem perder. No que estão bem acompanhados por Putin, uma vez que este prepara sempre os atos eleitorais de modo a saber-se antecipadamente quem os vence, uma vez que também são fraudulentos e os seus adversários uns meros fantoches que só servem para enfeitar a tosca cena da sua própria apoteose final. Todos foram, a seu modo, negociacionistas da pandemia de COVID-19, atitude que provocou um incremento do número de mortos para além do que poderia ter acontecido se seguissem o que a OMS recomendou.

Quanto ao plano de paz para a Ucrânia que está a ser gizado pelos EUA e pela Rússia, embora se reconheça que ambos os países diretamente envolvidos em confronto estão literalmente exauridos por uma guerra que se arrasta há muito mais tempo do que era inicialmente de admitir, no fundo, o que nos trará, é o

reconhecimento de facto da alegada “legitimação” internacional de uma invasão da soberania territorial de um país por outro, o que confirmará o precedente muito grave já antes aberto aquando da invasão da Crimeia, no julgamento público perante eventuais outras iniciativas semelhantes que alguém se lembre de desencadear. O ideal para Putin era, como outrora, ter em Kiev um presidente fantoche que conseguisse manobrar à sua vontade, como acontece na Bielorrússia.

No que concerne ao Plano de Paz para o Médio Oriente, valeria a pena que os seus ideólogos meditassem bem no que foi dito por alguns dos poucos judeus sobreviventes do Holocausto, na cerimónia de comemoração do octogésimo aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz: “É preciso que a história não se repita. Toda a minha vida pensei nesta data como a do meu aniversário. Celebrei-a todos os anos. Alguns dos meus amigos nem sabem que tenho outro aniversário. Na altura éramos vítimas de um vácuo moral. Hoje temos a obrigação não só de lembrar, mas de alertar e de ensinar que o ódio só consegue mais ódio. É a desumanização que me preocupa. Não a do passado, mas aquela que se vê nas ruas. Muita gente disse que era impossível que acontecesse outra vez, mas as pessoas tornaram-se tão desumanas que pode voltar a acontecer. Não esqueçam os que morreram às mãos do nazismo. Deixar que esta memória se apague é roubar-lhes a vida uma segunda vez. Os que o fazem são da extrema-direita radical e agem como se fossem virtuosos” (colagem de depoimentos publicados no dia 27 de janeiro de 2025, no jornal “O Público”).

É que o atual governo de Israel e o seu amigo Trump se “esqueceram” que o que tem vindo a ser feito, embora seja de reconhecer que o foi em resposta ao soez e traiçoeiro ataque de membros do grupo terrorista Hamas que vitimaram muitas dezenas de inocentes e que os seus membros que não hesitam um só instante em utilizar o seu próprio povo como escudo humano, foi instigar a emergência de uma infinidade de revoltados para o resto das suas vidas, eventuais futuros membros daquele ou de outro qualquer grupo de idêntica índole, estejam onde estiverem. A lição que deveriam ter aprendido com o Holocausto que vitimou o seu povo, é que nada nem ninguém pode exterminar um povo inteiro, como o sabem, por exemplo, os ciganos, os curdos e os arménios, para além dos próprios judeus, só para dar alguns simples, mas óbvios exemplos dos muitos que infelizmente pululam por esse insano mundo fora desde há milénios.

É que há que ter consciência que a memória coletiva dos povos não desaparece, pois, nunca por mera vontade alheia, existindo também muitos exemplos disso, como o que se passou nos Balcãs, após o desmembramento da defunta Jugoslávia. Os sérvios o que fizeram, embora ninguém possa afirmar que concorda com isso em sã consciência, foi vingarem-se umas quantas dezenas de anos depois do facto de terem sido mártires durante a ocupação nazi, pois foram denunciados pelos croatas e pelos bósnios, que preferiram dizer amém ao invasor, em vez de se juntarem solidariamente aos seus vizinhos.

O confrangedor desconhecimento da História está na base, em parte, de muitas das decisões erradas que os líderes dos EUA têm tomado ao longo dos tempos, ao contrário dos russos, que o possuem em elevado grau, o que os torna, por isso mesmo, em certas circunstâncias, ainda muito mais perigosos. Não nos esqueçamos que foi Putin que impediu a literal entrega da Síria de mão-beijada ao Estado Islâmico por Obama e que, estou certo, um dia se irá provar que a invasão da Ucrânia pela Rússia, só não ocorreu na vigência do primeiro mandato presidencial de Trump, porque, entretanto, surgiu inesperadamente uma incómoda pandemia viral que tornou inviável de todo a concretização desse ambicionado plano. É por isso que penso que Trump, ao encarar Putin como alguém confiável, está redondamente enganado, tendo a Europa já entendido isso há muito e a Ucrânia ainda melhor do que ninguém, porque sofre diariamente

as consequências nefastas dessa voracidade sem limites de querer volta a ser a Grande Rússia do final do século XIX e início do século XX. Por isso é que é sempre oportuno recordar que foi a União Soviética que fez um pacto com a Alemanha Nazi para a partição da Polónia e que foi Stalin o responsável máximo do massacre de Katyn, perpetrado em terras da Bielorrússia, que vitimou muitos milhares de elementos do exército polaco, incluindo a sua elite, primeiro, quando já antes tinha planeado o Holodomor, que matou à fome milhões de ucranianos.

Os interesses económicos dos grandes magnatas (Elon Musk, Jeff Bezos e Mark Zukemberg), que compareceram sorridentes de forma repugnantemente cínica perante as câmaras televisivas de todo o mundo ao beija-mão na cerimónia de posse do grande novo timoneiro da terra do Tio Sam, têm presentemente capacidade para regular e dirigir as instâncias oficiais do próprio Estado, bem como a enorme circulação de informação que existe na *internet* e seu respetivo arquivo de dados relativo a quase todos os cidadãos do mundo inteiro, tal como a pretenderem ainda o controle da IA e, até, o domínio das próprias viagens interplanetárias, de uma forma que ultrapassa tudo o que foi antecipado no seminal livro de George Orwell, intitulado “1984”. O primeiro deles, que é cidadão americano por processo de naturalização, no que está muito bem acompanhado por muitos outros que gravitam em redor da Casa Branca e que detestam os imigrantes, expulsando-os com grilhetas, não esconde de ninguém, numa atitude de chocante provocação, que oferece astronómicas quantias de dinheiro para comprar votos e influenciar a nomeação de magistrados, no que fica completamente impune perante a justiça e o repugnante rol de valores com que esta nova elite pretende fazer-nos crer que são os virtuosos.

O negacionismo da ciência nos domínios da biologia e da medicina passaram a ditar a conduta, quer nas escolas, quer nas próprias políticas de Saúde Pública, como já referi relativamente à pandemia de COVID-19, tendo culminado com um mais do que nefasto desinvestimento no apoio aos programas da OMS que irão prejudicar milhões de seres humanos em muitas dezenas de países dos mais pobres do planeta, quando é sabido que esses mesmo magnatas estão isentados do pagamento de impostos.

O seu hediondo posicionamento perante os emigrantes e a completa descrença no que concerne às causas do fenómeno das alterações climáticas, é outra das suas características mais condenáveis, mas que representam a corporização da nova cartilha com que pretendem “educar” os cidadãos e corrigir os seus comportamentos ditos “desviantes” dos novos “bons costumes”. No fundo, o que subjaz a todo este rol de verdadeiros contrassensos muito perigosos, será asfixiar a investigação científica feita com financiamento público, instituir formas mais ou menos explícitas de censura, bem como a vontade de reduzir certas instituições, como sejam o TPI, a ONU, a OMS, a ONUSIDA e a própria UNICEF a meras caricaturas de um mundo passado, para erigir um novo, governado autocraticamente, onde só conta a defesa dos interesses de um núcleo muito restrito, sendo os restantes reduzidos a seus eternos dóceis vassallos. Apetece, pois, perguntar se é necessário deflagrar-se uma nova pandemia para que estes conflitos terminem, porque os Homens não foram capazes de um fazer pelas suas próprias mãos.

IV)- A Saúde

“Com o tempo, é melhor uma verdade dolorosa do que uma mentira útil” (Thomas Mann, escritor germânico, Prémio Nobel da literatura em 1929, 1875-1955)

“A arte da negociação é talvez o que mais profundamente distingue o homem dos animais” (Harry Martinson, escritor sueco, 1904-1978)

“A raiz do mal reside no facto de se insistir demasiadamente que no êxito da competição está a principal fonte da felicidade” (Bertrand Russell, filósofo e matemático galês, 1872-1970)

O campo da saúde é certamente, não só em Portugal, mas também em quase todos os outros países do mundo, um dos mais difíceis de gerir. Razão suficiente para não se entender de todo que não se ache contraditório clamar-se pela vantagem e absoluta necessidade de termos uma estabilidade governativa, e verificar-se que em nenhum outro setor da governação as alterações das estratégias têm sido tão grandes, bruscas e consecutivas. Por vezes, na mesma legislatura e sob a batuta do mesmo Primeiro-Ministro, como já denunciei várias vezes.

Tendo publicado há poucos meses um volumoso livro intitulado “Ascensão, Apogeu e Queda de um Sistema de Saúde”, no qual analisei em profundidade a evolução das contradições que se passaram nos últimos trinta anos em Portugal neste mesmo setor, tendo aí defendido a tese que os dois SNS (Sistema Nacional de Saúde e Serviço Nacional de Saúde) deveriam passar a ser um só, e concluído que das poucas coisas em que quase todos os ministros que dirigiram as suas políticas durante este longo período de tempo foram concordantes, foi no progressivo estrangulamento da viabilidade do SNS (Serviço Nacional de Saúde), essencialmente pelo seu subfinanciamento, bem como por terem colocado irreversivelmente em causa a confiança dos profissionais no sistema implantado, ao ponto de muitos concursos ficarem desertos de concorrentes, de muitos médicos terem optado pela reforma antecipada, pela passagem para o setor privado ou mesmo para a imigração, ainda que com o inconveniente, no primeiro destes cenários, de ficarem para o resto das suas vidas com avultados prejuízos pessoais do foro financeiro. A realidade é que, nalguns casos, tornou-se literalmente insuportável aturar o desrespeito permanente de certas administrações, que preferem médicos acéfalos, mas cumpridores de horários medidos pelo famigerado, mas repugnante, “pontometro”, aos que nunca se conformaram com a objetiva falta de condições de exercício profissional, tal como da disponibilização dos meios necessários ao adequado tratamento dos seus doentes.

Infelizmente o sistema privado, que tem tido um contínuo crescimento neste século, não é uma verdadeira alternativa, nem para os médicos, nem para os doentes, pelo que não se entende de todo que queiram de novo voltar às PPPs em Hospitais Gerais Públicos em pleno fim de mandato do atual governo, dado que se sabe que os contratos de exploração excluía determinadas patologias mais onerosas e auferiam um pagamento superior pelos mesmos atos do que os que tinham administração pública, opção política que se escuda sobretudo na sua maior produtividade, omitindo que esta radica essencialmente na não existência das mesmas regras que estrangulam a gestão das unidades do SNS, uma vez que pagam melhor aos médicos, logo, criando uma concorrência desleal que só irá inviabilizar ainda mais os outros.

Não é solução, como explanei com argumentos que julgo irrefutáveis, desatar a formar licenciados em catadupa para suprir a alegada falta destes profissionais, através da abertura quase indiscriminada de novas faculdades. A consequência de tudo isto, será ter cada vez mais médicos sem a imprescindível experiência profissional, preocupados essencialmente com a sua própria sobrevivência económica, com múltiplos empregos precários em tempo parcial e a encarem o doente fundamentalmente como uma mera fonte de rendimento pessoal.

A medicina que praticam é (e será) essencialmente virada para o sintoma principal aparente, não havendo a preocupação, o tempo, o conhecimento ou a experiência para se requisitarem criteriosamente apenas

os exames auxiliares de diagnóstico necessários, em função de uma anamnese e de uma observação clínica cuidadosamente efetuadas, tal como do consequente estabelecimento conceptual de um adequado esquema de diagnóstico diferencial que, ao invés, serão então, ou uma absoluta raridade, ou antes fruto mais de um simples acaso, muito mais do que propriamente de um exercício lógico que decorra de um verdadeiro raciocínio argumentativo suportado em conhecimento. Ainda por cima, esta tipologia de médico-tarefairo, cultor da medicina feita a metro como se o seu exercício fosse uma simples linha de montagem industrial, aufere bastante mais do que o que foi atraído para uma carreira cuja progressão era suposto estar assente na cíclica avaliação interpares, realidade que foi literalmente abolida há muitos anos com consequências catastróficas, dado ter retirado qualquer estímulo à vital transmissão dos saberes, à publicação de artigos ou à investigação clínica.

Como aquilo que preocupa cada vez mais a elite reinante é a mera quantificação dos afamados índices de produção, a qualidade do desempenho, os ganhos em saúde e a ética do relacionamento humano são progressivamente desvalorizadas, até serem apenas residuais, e, por fim, ridicularizadas como se fossem um mero resquício de um passado que pretendem que jamais volte. O grande objetivo, por puro e cego economicismo, é promover os auxiliares de enfermagem a enfermeiros, estes e os farmacêuticos a terem a capacidade de substituírem parcialmente os médicos nalgumas tarefas, ambicionando depois poder deixar o que resta para vir a ser resolvido pelos *robots* através da Inteligência Artificial (IA). Esse será o almejado cenário perfeito onde o denominado “poder médico” deixará definitivamente de existir, para seu torpe gáudio, com o argumento de que fica menos oneroso e é mais eficaz!!!

Que engano e com que consequências afinal, iremos certamente ver. A vida, nesse cenário hipotético que resultará da energia, do tempo e do dinheiro de muitos gurus do “Admirável Novo Mundo”, como anteviu o genial Aldous Huxley no incontornável livro com esse mesmo nome, pretenderá a concretização a prazo desse “magnânimo avanço civilizacional”, mas o que não será afinal mais do que o conjunto de regras que regem o relacionamento dos “humanoides” que habitarem essa futura sociedade, governada, porém, com férreo espartilho por um qualquer digno sucedâneo de Donald Trump. Jamais a que resultou do precioso legado dos nossos venerandos mestres.

V)- Os incontornáveis dilemas que importa ter em conta no presente

“Se não acabamos com a guerra, a guerra acabará connosco” (Henry Wells, empresário norte-americano, 1805-1878)

“Como nada entenderam do passado, nada podem sonhar para o futuro” (Agostinho da Silva, pensador português, 1906-1994)

“Como defender uma civilização que somente o é de nome, já que representa o culto da brutalidade que existe em nós, o culto da matéria” (Mahatma Gandhi, político e pacifista indiano, 1869-1948)

Irei formular de seguida algumas questões cuja resposta consequente me parece que poderia vir a permitir inverter o notório percurso de desagregação das sociedades atuais e sobre o que importa meditar com seriedade e prontidão:

Como levar a representatividade do atual sistema político a facilitar a formação de governos estáveis, sem desvirtuar a denominada “vontade popular” expressa nos cíclicos atos eleitorais? Como aumentar a

participação dos cidadãos nas atividades de natureza cívica, designadamente nas eleições nacionais, regionais ou para o parlamento europeu? Como fazer com que os cidadãos e os eleitores valorizem devidamente a dimensão ética do exercício do poder por parte dos que são eleitos para os cargos públicos? Como inverter o crescimento dos populismos nacionalistas e extremistas? Como evitar que os emigrantes que são fundamentais para garantir o funcionamento da nossa economia e de promover a renovação geracional, que vêm para aqui trabalhar e residir, tenham condições dignas de vida e não estejam subjugados a exploradores sem escrúpulos que os escravizam?

Como aumentar a necessária integração política europeia, sem desvirtuar as diferenças decorrentes da história e da cultura de cada um dos povos que a constituem? Como reforçar o investimento na componente militar de modo a tornar a Europa autónoma dos outros três grandes blocos internacionais, garantindo assim capacidade de dissuasão suficiente, baseada em critérios objetivos e transparentes que sejam inteligíveis por todos os cidadãos e sem colocar em causa o denominado estado social? Como continuar a ser um referencial dos valores civilizacionais, sendo suficientemente solidário no contexto político internacional para com os povos dos países em vias de desenvolvimento, sem colocar em causa o bem-estar dos nacionais e dos residentes? Como ser consequente na promoção da paz, utilizando critérios sérios e abrangentes, mas sempre com a imprescindível equidade na avaliação de cada circunstância? Como garantir as condições básicas de um Estado de Direito Democrático já enumeradas, quando se assiste a serem eleitos “democraticamente” pessoas sem qualquer dimensão ética da vida em sociedade, que colocam em causa as liberdades básicas como nunca se assistiu antes? Como garantir meios de informação sérios e idóneos que permitam ao cidadão não ser literalmente intoxicado por toscas deturpações dos factos, em função dos quais irão ter de fazer a suas opções cívicas? Como garantir que as alterações climáticas sejam encaradas como uma prioridade absoluta sem demagogias balofas de fundamentalistas, de modo a termos uma resposta consequente que salvguarde a Natureza e o próprio Homem?

Como respeitar a opção do doente pelo médico ou instituição onde pretende ser tratado, sem colocar em causa a sua viabilidade operativa e gestonária? Como garantir uma sã e transparente coexistência dos diferentes setores que compõem o Sistema Nacional de Saúde, onde se privilegie a complementaridade funcional com regras bem estabelecidas que impeçam a canibalização do setor público? Como restaurar a confiança dos doentes e dos profissionais no sistema e garantir a adequada realização das naturais expectativas dos primeiros e de um exercício profissional gratificante dos segundos? Como fazer com que o exercício da medicina se faça sempre com humanismo e empatia e esteja desprovido de qualquer atributo baseado prioritariamente em critérios economicistas ou mercantilistas? Como tornar acessível a inovação científica, tecnológica e farmacológica a todos os que dela necessitarem, a custos comportáveis pela riqueza dos cidadãos, das famílias e dos países?

VI)- Conclusões

“Os homens são mais conduzidos pelo desejo do que pela razão” (Baruch Espinoza, filósofo holandês sefardita de origem Portuguesa, 1632-1677)

“Vingarmo-nos de um mal de que fomos vítimas é privarmo-nos do conforto de gritarmos contra a injustiça” (Cesare Pavese, escritor italiano, 1908-1950)

“Hoje tudo se compra e se paga, e parece que o próprio sentido da dignidade depende de coisas que se podem obter com o poder do dinheiro” (Papa Francisco, 1936-)

Como defendo, nada é em absoluto inquestionável, tal como não existem valores que, por mais importantes que sejam, não tenham uma valoração relativa em situações de exceção. Tal proposição abrange naturalmente os três aspetos que aqui decidi abordar neste texto. Assim, considero que a estabilidade política governativa não pode estar assente em relações onde predomina a hipocrisia, tal como a paz não pode ser obtida pela humilhação de uma das partes em contenda, e muito menos a do agredido, e, por fim, a vida, sendo sem dúvida o bem mais precioso do Ser Humano, não pode ficar completamente dissociada da dignidade da existência. Pode existir, por vezes, um outro superior interesse ao que pensamos ser o fundamental numa dada altura ou circunstância concretas, mas as decisões acabam por ter de ser tomadas por alguém e nalgum momento, sem exceção. Se o forem, sempre que possível, sem recorrer a piedosas falsas esperanças, mas antes servindo-se da verdade que indexe o maior interesse individual e coletivo possível e privilegie o respeito pelo que for o fundamental a ser salvaguardado em cada instante, tenderá a ser melhor aceite sem revolta, ainda que exija algum sacrifício dos envolvidos na problemática em causa. Os médicos exercitam diariamente este tipo de postura perante doentes com doenças de prognóstico reservado, que acarretam perda de autonomia ou sofrimento, devendo sempre assumir as decisões solidariamente com o doente e nunca dizendo simplesmente, “não há mais nada a fazer”, mesmo quando o final de vida se aproxima por ser inevitável. Quem dera que nas decisões políticas essa postura perante os problemas da sociedade também prevalecesse.

Vivemos uma acentuada crise que poderá desembocar num conflito bélico mundial de dimensões e consequências imprevisíveis que colocaria em causa, inclusive, a sobrevivência do Homem e da Mãe-Natureza, tal como os temos conhecido até agora. A atração pelos ditos “Homens Fortes” é algo que em momentos passados com uma problemática histórica algo semelhante, foi uma solução já ensaiada, sempre com péssimos resultados. A tentação de o repetir é óbvia, porque as pessoas estão insatisfeitas e pensam sobretudo no imediato, acreditando cada vez mais nas miríficas promessas dos políticos que usam como cartilha a demagogia e a falta de valores. Foi assim, por exemplo, com o denominado Brexit, que produziu uma acentuada crise a diversos níveis em Inglaterra, sendo particularmente aguda no âmbito da saúde.

Para agravar tudo isto, a hiperinformação com que nos deparamos a cada instante, não permite que o cidadão tenha a capacidade de conseguir digeri-la de modo a distinguir facilmente o verdadeiro do falso, o credível do inverosímil, algo que as redes sociais e a manipulação provocada pela IA poderão tornar ainda mais evidente, disseminado e perigoso. Por isso, importa sobremaneira possibilitar a edificação de um saudável espírito de cidadania interventiva, baseada na educação no seio da família e da escola, dado que essa componente pedagógica é absolutamente decisiva à formação de um espírito crítico e solidário que se deve impor na sociedade que as futuras gerações vierem a construir. E, desse modo, as respostas aos dilemas anteriormente formulados, poderão ser dadas com maior adequação e eficácia, no sentido de privilegiar o bem comum, para além do individual, que saiba respeitar as diferenças.

Deixaria ao leitor deste texto, a finalizar, uma súmula do que o filósofo português, José Gil, escreveu com muita atualidade e pertinência, no Jornal de Letras, Artes e Ideias, edição comemorativa dos seus 45 anos, em 2025/03/19, intitulado “A sociedade Transparente”, porque me parece resumir de uma forma muito consequente o que vos pretendi transmitir, utilizando alguns excertos do mesmo que selecionei a

propósito: “A crise ambiental cruza-se com a crise da democracia, feroz e globalmente assaltada pelos neofascismos populistas. As probabilidades de transformação das democracias conservadoras, isto é, de realizar a democracia imanente, parecem cada vez mais ilusórias... Não vemos no passado um presente que já foi, com vida e pessoas que perduram agora como personagens espectrais... A destruição dos ecossistemas dos mortos põe em perigo a existência dos vivos. O espaço moderno geometrizado imposto através de técnicas de todo o tipo, da indústria e da agricultura à farmacologia e à psicologia, tende a transformar os humanos em seres transparentes.... O mais perverso é que as novas tecnologias e a IA parecem ir no sentido da imanência: O virtual é cada vez mais real, sendo a tendência universal a substituição na natureza inteira, do corpo, dos afetos e do pensamento pelo plano único da imagem digital... A percepção do corpo será cada vez mais objetiva, mais cirúrgica e menos poética. Com a IA a categoria do sensível desaparecerá, as sensações, emoções e sentimentos serão reduzidos a dados de informação... O passado e o futuro deixarão de ser desconhecidos e imprevisíveis, a morte não mais aterrorizará, e o corpo deixará de envelhecer ou será substituído por máquinas orgânicas”.

VII)- Últimas palavras em estilo de gratidão para memória futura

“As palavras salvaram-me sempre da tristeza” (Truman Capote, escritor e dramaturgo norte-americano, 1924-1984)

“É preciso ter muita força para se dizer moribundo o que se dizia com saúde” (Roger Bussy-Rabutin, escritor e filósofo francês, 1618-1693)

“Cada hora do nosso passado pertence à morte” (Sêneca, filósofo grego, 4 aC- 65dC)

O meu irmão, Jorge de seu nome, professor de música de profissão e pessoa sempre interessada pelas coisas do mundo, faleceu recentemente vítima de uma grave reação iatrogénica irreversível a um medicamento que era suposto poder contribuir para lhe ter salvo a vida, ameaçada que estava por uma doença oncológica curável diagnosticada há cerca de seis meses. A ciência, a nível dos fatores genéticos preditores de reações idiossincráticas graves, ou seja, a farmacogenómica, ainda está nos seus primórdios, sendo, contudo, muito promissora. Ninguém teve culpa. Foi um azar que poderia ter acontecido a qualquer outra pessoa. A mim também. O que remete para a premência em acelerar a investigação científica e os processos conducentes à disponibilização dos tratamentos mais indicados a cada doente e a cada situação clínica, a todos os necessitados sem qualquer restrição.

Não teve tempo de expressar tudo o que teria querido dizer, se estivesse convencido que a sua vida acabaria em breve. Viveu os seus últimos tempos depois do diagnóstico da sua doença, que sempre encarou de frente, com sincera esperança de que se iria curar, tal como lho comuniquei ao telemóvel, a chorar convulsivamente, mesmo estando de férias e longe, logo que fui informado do diagnóstico da sua doença. Inclusive, tinha aceitado ir-se sujeitar em breve a uma delicada intervenção cirúrgica, mas que, infelizmente, nunca teve condições clínicas para a poder realizar. No dia em que foi observado pelo colega que o iria operar, acompanhou-me ainda num almoço para o qual convidei um colega que também é músico, Barros veloso, tendo-me dito depois aquilo que antecipei, que tinha sido muito agradável e que gostaria de voltar a repetir esse encontro. Não chegou, contudo, a tomar consciência de que não iria ser intervencionado nem que não voltaríamos a almoçar os três de novo, porque após ter tido um episódio

súbito de quase paragem cardiorrespiratória, ficou conectado a um ventilador na Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital onde trabalhei cerca de 40 anos, sedado até ao seu *exitus* final.

Muito terá ficado para conversarmos a dois. Aquilo que aqui escrevi sei ser, em quase tudo, coincidente com a sua opinião acerca das questões atuais mais candentes do mundo em que vivemos, o que inclui a minha visão do exercício da medicina, pois leu todos os meus livros e sobre esse tema conversámos o suficiente para eu saber que assim é de facto. Tal como eu, entendia bem a singular importância da relação Médico-Doente (tema sobre o qual fui editor de um livro com o mesmo nome), cada um no seu lado dessa tão singular parilha. Ambos sempre soubemos que a música e a medicina são, no fundo, “apenas” duas formas de nos entendermos e apoiarmos enquanto seres sensíveis e inteligentes, onde a expressão dos sentimentos mais recônditos se deve expressar espontaneamente. Cada um de nós cultivava a sua “arte” e apreciávamos muito a que o outro era capaz de fazer, conscientes que nenhuma delas era mais importante do que a outra, na senda do que foi afirmado pelo mais recente Prémio Pessoa, o músico e compositor Luís Tinoco, que disse: “A cultura faz parte da saúde pública. Se a dermos às pessoas, sem preocupação de receber lucro, estamos a dar-lhes ferramentas para pensar”.

Deu recentemente dois concertos de guitarra a meu pedido. O primeiro, nas caves de vinhos Poças Júnior da família, aquando da apresentação do livro intitulado “Despedidas que jamais esquecerei” que dediquei à nossa mãe, depois do seu falecimento. O outro, no encerramento de um Simposium sobre Coína, vila onde vivemos a nossa adolescência e onde liderou um grupo musical amador. Neste também editei um livro que sei ter apreciado bastante. Destes momentos, destaquei publicamente a intensidade da sua entrega e a emoção que conseguiu transmitir através da música que tocou, sozinho, no primeiro, e acompanhado por amigos, no segundo, muito mais importante do que a mera exibição de uma destreza técnica desprovida de qualquer ponta de sentimento.

Aquando da apresentação do meu mais recente livro, há escassos meses, assistiu emocionado quando fiz referência à doença de um amigo comum e quando disse que esperava que, à semelhança do que lhe desejava, também ao meu irmão, que tinha acabado de saber que tinha um provável diagnóstico de uma doença de prognóstico reservado, como de facto se veio pouco tempo depois a confirmar, fazia idêntico vaticínio. No final, fez-me um aceno discreto a mandar um beijo, sentado na primeira fila da plateia do teatro Luisa Todi onde decorreu a cerimónia, rodeado por muitas dezenas de pessoas, o que jamais poderei esquecer.

Aos meus colegas que o trataram eu quero dedicar este texto, porque foram incedíveis na competência, disponibilidade e humanismo. O que demonstra que, por muitas e justas críticas que se possam fazer ao nosso sistema de saúde, ainda há, felizmente, algumas bolsas que resistem a exercitar os intemporais preceitos Hipocráticos, representando isso uma réstia de esperança que convém ser acarinhada pelo poder político antes que seja tarde de mais, para que aquela saudável postura perante a vida e a doença, em vez de vir a definhir irreversivelmente, venha antes frutificar.

Destacaria, assim, os Serviços envolvidos no seu tratamento, tal como, em parte, também no do meu cunhado Francisco, igualmente professor, que faleceu recentemente ao fim de quase meio ano de internamento no mesmo Hospital de S. Bernardo em Setúbal e que visitei diariamente. Em conformidade, enumeraria os seguintes: Cuidados Intensivos, Cuidados Intermédios Médicos, Fisiatria, Hematologia, Infeciologia, Oncologia, Ororinolaringologia, Pequena Cirurgia, Pneumologia, Psicologia e Urgência Geral de adultos, com o apoio da Anatomia Patológica, da Imagiologia e da Patologia Clínica, tal como da Cirurgia

Torácica do Hospital Pulido Valente, dos diversos laboratórios do INSA e da Anatomia Patológica do IPOFGL.

Gostaria, pois, como singela mensagem final, de lhes transmitir a indispensabilidade de pensarem os problemas de saúde numa perspetiva global, como parte integrante de um mundo complexo com realidades interdependentes, mas em crise, como aqui explano, porque só com essa visão integradora, a postura individual de qualquer profissional poderá ser completamente realizada no interesse da comunidade onde se insere, tal como se depreende da citação que referi de Virchow e que coloquei no meu cartão de apresentação profissional.

A encerrar, uma derradeira mensagem de esperança da autoria do grande escritor chileno, Prémio Nobel da literatura, Pablo Neruda: “Podes cortar todas as flores, mas não podes impedir a Primavera”. Que os médicos continuem a saber transmitir aos doentes essa postura fundamental perante a doença, a deficiência, o sofrimento e a dependência, porque tal é um verdadeiro “Superior Interesse” do Homem. Foi com este propósito que decidi, na companhia da minha cunhada (Graça) e do meu sobrinho (João), no próprio dia do seu falecimento, comparecer nas sextas Jornadas Monotemáticas de Doenças Infecciosas a que presidi nas anteriores edições, para homenagear um colega (Francisco Antunes), onde num improviso, invoquei estes mesmos valores aqui expressos, embora por outras palavras, tendo feito a propósito uma breve alusão à pessoa do meu irmão que perdurará na minha memória para sempre.

Que Portugal de Pessoa se cumpra e que a Europa, O Médio Oriente e o resto do Mundo alcancem uma paz duradoura.

Portanto, obrigado a todos vós.

Setúbal, 2023/03/31